

As transformações no capitalismo mundial e
o fim do desenvolvimentismo no Brasil

Taís Ristoff*

Resumo: O período entre as décadas de 1930 e 1970 ficou conhecido como a era de ouro do capitalismo mundial. A partir da década de 1970, grandes transformações na economia capitalista mundial ocorreram e tiveram grande impacto no mundo. Questionada a hegemonia norte-americana, os Estados Unidos buscaram, através de diversos mecanismos e instrumentos, reverter a tendência de declínio lançando uma ofensiva neoliberal acoplado ao discurso da globalização. O Brasil acabou seguindo a tendência mundial e abandonando seu modelo de Estado desenvolvimentista e implantando o projeto neoliberal.

Palavras-chave: Brasil, modelos econômicos, neoliberalismo.

Abstract: The period between the decades of 1930 and 1970 is known as the gold era of world capitalism. Since 1970th decade, great transformation in the world capitalism occurred and had great impacts over the world. Questioned the United State's hegemony, this country seek through many mechanism and instruments to revert the tendency of decline launching an neoliberal offensive joint to the globalization discourse. Brazil ended up following the world tendency and abandoned Keynesians state model and implemented the neoliberalism project.

Key-Words: Brazil, economic models, neoliberalism.

Durante o período entre as décadas de 1930/45 e a década de 1970, o modelo econômico keynesiano¹ predominava entre os países do bloco ocidental da Guerra Fria. O sucesso no desenvolvimento desses países durante esse período, levou o historiador Eric Hobsbawm a cunhar a expressão “era de ouro” do capitalismo mundial. Um conjunto de fatores, no entanto, levou à crise este modelo de Estado.

Diante da imensa destruição em que uma guerra entre as duas superpotências poderia resultar, houve, durante as décadas de 1960 e 70, uma significativa melhoria das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, levando o período a ser conhecido como de “coexistência pacífica”, no qual os dois países buscavam, de forma coordenada, garantir suas posições e impedir a ascensão de terceiros. O bloco do Terceiro Mundo, que se constituiu a partir da Conferência de Bandung em 1955, e reunia países africanos e asiáticos recém

* É especialista em História das Relações Internacionais (UERJ) e Mestranda em História Comparada (UFRJ)

¹ *O New Deal* nos Estados Unidos; o Estado de Bem-Estar Social na Europa; e o desenvolvimentismo na América Latina.

independentes, denunciava esta tentativa de congelamento do poder mundial. Esses países passaram a atuar conjuntamente nos organismos internacionais defendendo alguns princípios como o neutralismo na Guerra Fria, e uma nova ordem econômica internacional (NOEI). O grupo terceiro-mundista obtém um grande protagonismo principalmente no início da década de 1970, quando em 1973, em consequência da guerra do Yom Kippur, os países organizados em torno da OPEP quadruplicaram o preço do petróleo. Esse acontecimento conjuntural seria um componente essencial da crise estrutural que já estava em curso.

A Guerra do Vietnã, entre outros fatores, contribuiu para uma política de emissão de dólares sem lastro, gerando inflação e saldos negativos na conta corrente dos Estados Unidos, que começou a ter sua hegemonia questionada. Assim, outro acontecimento fundamental deste momento foi o rompimento da ordem econômica criada no pós-guerra, o fim do sistema de Bretton Woods, (fim do padrão ouro-dólar). Numa clara demonstração de primazia dos interesses nacionais sobre as responsabilidades em relação à ordem internacional, o sistema foi abandonado. Com a flutuação das taxas de câmbio entre as diversas moedas do mundo, a mobilidade de capital foi crescente.

Assim, o período de 1973-1980, depois de longo período de crescimento e prosperidade para os países centrais, foi de crise e instabilidade da economia e política internacional. Para reverter este quadro, alguns instrumentos foram criados. O G-8, de 1975, é um exemplo. Este organismo internacional articulava politicamente os países centrais em torno de uma instituição internacional para enfrentar as consequências da crise do petróleo e conter a gradual afirmação dos países da periferia no cenário internacional.

Ainda dentro desta lógica, a elevação da taxa de juros nos títulos da dívida pública norte-americana (1979) gerou uma reordenação financeira da economia mundial e iniciou uma fortíssima recessão mundial. Com a utilização deste mecanismo econômico para a manutenção do ciclo hegemônico iniciado no pós-guerra, os Estados Unidos retomam o seu papel de poder dominante a partir da “diplomacia do dólar forte”, com a acumulação da riqueza financeira, e o dólar flexível.

A revolução técnico-científica, ocorrida a partir da metade do século e principalmente a partir de 1970, que permitiria uma reestruturação produtiva em âmbito mundial, e o fim do modelo fordista, aumentou o abismo tecnológico entre os países mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos; e as economias socialistas. Assim, a economia da URSS, com seus excessivos gastos militares e a prioridade dada ao setor bélico, mergulhou em grande estagnação econômica.

Ainda, a ascensão de Reagan à cena internacional pôs fim ao período conhecido como coexistência pacífica. Uma estratégia ofensiva voltaria a ser utilizada no intuito de reverter o declínio relativo dos Estados Unidos no mundo. Não conseguindo acompanhar os imensos investimentos militares feitos pelos Estados Unidos de Reagan, o modelo socialista da União Soviética desmoronaria no final da década de 1980.

No pós-guerra até a crise da década de 1970, a escola econômica predominante no Ocidente era o keynesianismo. As idéias do economista liberal austríaco Hayek, grande rival de Keynes na década de 50, não tinham muita repercussão, dada a pouca credibilidade do liberalismo naquele momento. Suas idéias, no entanto, seriam resgatadas na década de 1970, principalmente através de economistas americanos da escola de Chicago, cujo ícone é Milton Friedman.

Assim, diante do fracasso das políticas de estabilização e da permanência da instabilidade durante os anos 1970-80, os neoliberais, que durante as décadas anteriores vinham ganhando força na Academia, rapidamente adquiriram força política e atribuíam responsabilidade pela crise exatamente aos pilares de sustentação do modelo de Bem-Estar Social dos países desenvolvidos (e do desenvolvimentismo na América Latina): excesso de democracia, de Estado, de regulação, de força dos organismos sindicais. Estes pilares foram questionados ao mesmo tempo em que mudava a lógica do sistema. Se para o Estado de Bem-Estar Social, os objetivos principais eram o crescimento, a equidade e o pleno emprego; os neoliberais têm, agora, por principais objetivos o equilíbrio macroeconômico, a eficiência e a competitividade. (FIORI, 1996)

A partir da ascensão de Margareth Thatcher a Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha e de Ronald Reagan a Presidente dos Estados Unidos, a matriz neoliberal aplicada² nestes países serviu de modelo e foi difundido pelo mundo, articulado com o discurso do fenômeno da globalização.

Neste sentido, o neoliberalismo funcionou como um instrumento para conter a crise de hegemonia norte-americana. A disseminação das propostas reunidas no Consenso de Washington seria muito facilitada com o fim do bloco socialista. É um momento de recuo das esquerdas no mundo (teoria e prática), o que dificultava a reflexão sobre alternativas. Segundo Batista,

² Os Estados Unidos continuaram sendo um dos países mais protecionistas do mundo. Além disso, novos argumentos foram sendo criados pelos países centrais para ocultar as barreiras protecionistas como preservação ambiental e direitos humanos. Outros itens do projeto neoliberal, como a diminuição dos gastos públicos, também não foram implementados à risca.

Com a queda do Muro de Berlim, fez-se leitura simplificada do significado do fim da guerra fria, constatando-se precipitadamente a emergência de nova ordem internacional, uma definitiva Pax Americana, à qual seria inevitável ajustar-se. Aceita-se a proclamação do fim da História, com a vitória da economia de mercado e da democracia (BATISTA, 1994:6).

Esse conjunto de acontecimentos que ocorreu no mundo teve forte impacto também no Brasil, que acabou sendo o último país da América Latina a inaugurar um modelo de Estado neoliberal. Levou à crise o modelo de Estado desenvolvimentista vigente desde a década de 1930, responsável pelo nível considerável de industrialização alcançado pelo Brasil, ainda que uma industrialização que não logrou (ou nem mesmo se propôs a lograr) satisfazer as carências da maior parte da população.

Primeiro, os dois choques do petróleo atingiram em cheio a economia nacional que se apoiava no petróleo importado barato. Segundo, o choque dos juros norte-americanos agigantou a dívida externa³, além de levar a uma imensa fuga de capitais e levou a uma queda do preço dos *commodities*, causada pela recessão mundial. Além disso, o afastamento do Brasil do sistema financeiro internacional, em consequência da moratória mexicana em 1982, afetou profundamente a economia brasileira, pois a industrialização brasileira foi construída a partir de um modelo dependente de financiamento externo.

Ernesto Geisel assumiu a Presidência, em 1974, nos estertores do milagre econômico. A tendência de uma maior participação estatal, no intuito de completar o ciclo industrial sob a direção do Estado, ainda que sob condições internacionais desfavoráveis, levou a uma perda gradual de apoio da burguesia brasileira aos governos militares e sua adesão, a partir da década de 1980, ao projeto neoliberal. “Geisel e o II PND representam, portanto, o momento de auge e início da crise do Estado desenvolvimentista brasileiro, naquele momento expresso na forma política de uma ditadura militar” (SENRA: 2005: 189).

A década de 1980 ficou conhecida, no Brasil, como a década perdida. O país encontrava-se mergulhado em sérias dificuldades: inflação, dívida externa, queda dos investimentos, declínio do crescimento econômico e uma das maiores concentrações de renda do mundo.

Desde o início limitados em suas ações por esta conjuntura, iniciam-se os governos civis⁴. Assim, a partir de 1982 e principalmente a partir de 1985 toda a política econômica

³ Os empréstimos tinham sido contraídos a taxas flutuantes de juros. Com o aumento dos juros pelos Estados Unidos, a dívida externa tornava-se impagável.

⁴ Na maioria dos países latino-americanos, inclusive no Brasil, o processo de redemocratização ocorreu paralelamente à implementação do neoliberalismo. No entanto, como demonstra, entre outros casos, o chileno,

passou a girar em torno da renegociação da dívida para voltar ao sistema financeiro internacional. Nos entendimentos para que isto acontecesse, uma nova orientação para as políticas macroeconômicas nacionais passou a ser defendida pelo Fundo Monetário Internacional, com um novo pacote de condicionalidades, consubstanciada pelo Consenso de Washington: desregulação, privatização, abertura comercial, enfim, a desmontagem do estado desenvolvimentista. Desta forma, guardadas as devidas proporções, o diagnóstico feito pelos liberais sobre o Estado de Bem-Estar Social e sobre o desenvolvimentismo era o mesmo. Para os países de modelo desenvolvimentista, com poucos gastos sociais e muita miséria, no entanto, foi feita uma retradução do diagnóstico. O problema para estes era o excesso de presença produtiva do Estado, em vez do excesso de presença protetora (FIORI, 1996).

Houve, durante a crise da década de 1980, tentativas por parte de setores do interior do bloco dominante de reformular o desenvolvimentismo sem abandoná-lo. A conjuntura desfavorável, no entanto, dificultava a sua restauração. Com o fracasso dos planos de estabilização e ao longo dos embates travados na Assembléia Constituinte (1986 – 1988), o projeto neoliberal foi se desenhando e se fortalecendo, passando do campo meramente doutrinário para se constituir em um programa político, com a formação de uma percepção, entre as diversas frações do capital, de que a crise tinha um caráter estrutural e, portanto, o modelo de substituição de importações havia se esgotado e que um projeto neodesenvolvimentista era incapaz de responder aos problemas por ela colocados. (FILGUEIRAS, 2006: 182)

O aspecto mais polêmico do novo projeto era quanto ao processo de abertura comercial que atingiria de forma muito diversa os setores industriais e agro-industrial. Não havia consenso principalmente quanto ao ritmo e a amplitude dessa possível abertura. De um lado havia os que defendiam a abertura como instrumento de combate a inflação, como de fato viria a ocorrer, e, de outro, os que a pretendiam como instrumento de modernização e aumento da competitividade, através de política industrial ativa.

De outro lado, o que adiou a penetração imediata do neoliberalismo no Brasil foi a intensa atividade política empenhada pelas classes trabalhadoras na década de 1980. Expressão maior foi o surgimento do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a formação do Partido dos Trabalhadores e a realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989.

não existe, a despeito de uma retórica freqüente, uma correlação necessária entre liberalismo político e liberalismo econômico.

Paradoxalmente, foi o surgimento de um partido político de massas como o PT que, ao ameaçar tomar o poder para os trabalhadores dentro do próprio sistema democrático, acabou unificando, a partir da eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, as diversas frações do capital em torno do novo projeto. Desse modo, nos anos 1990, o liberalismo, que já havia penetrado na maior parte da América Latina, implantava-se no Brasil, com toda força.

O Brasil, até então, apesar da participação do capital externo, era uma economia bastante fechada. A indústria nacional era protegida, havendo diversas restrições às importações. Vários setores que antes estavam protegidos da concorrência externa passaram a competir com produtos importados. Com Collor, efetivamente se constrói entre as elites, o consenso necessário para implantar o novo modelo econômico.

A mensagem neoliberal que o Consenso de Washington registraria vinha sendo transmitida vigorosamente, a partir do começo da Administração Reagan nos Estados Unidos, com muita competência e fartos recursos, humanos e financeiros, por meio de agências internacionais e do governo norte-americano. Acabaria cabalmente absolvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, como sinônimo de modernidade, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se de sua iniciativa e de seu interesse fosse (BATISTA, 1994: 5).

Assim, diante de tanta propaganda, até mesmo as condicionalidades externas acabaram perdendo a cara de imposição e a necessidade de aplicação do programa do Consenso de Washington tornou-se cada vez mais consensual, desaparecendo a credibilidade de quaisquer projetos alternativos a esse modelo. Aceitou-se passivamente esse discurso e colocou-se o país numa posição de dependência externa total, abrindo-se mão da própria soberania nacional. Contribuíram, também, para esse consenso os muitos economistas e cientistas políticos formados em Universidades norte-americanas, de Chicago e Harvard, onde predominava a visão clássica e monetarista dos problemas econômicos. (BATISTA, 1994: 5)

As relações políticas entre as classes e frações de classes da sociedade brasileira foram redefinidas. Grandes grupos econômicos nacionais passaram por um processo de transnacionalização e se fortaleceram dentro do bloco dominante. Dessa forma, foi explicitada a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais, com a submissão às regras ditadas pelos mercados financeiros internacionais.

Os capitais financeiros nacionais e internacionais e os grupos vinculados à exportação e importação de bens e serviços demandavam a abertura comercial e financeira e a

reestruturação do Estado. Os capitais internacionais e os grandes grupos nacionais que conseguiram se transnacionalizar e se financeirizar organicamente saíram fortalecidos.

Outro aliado da política neoliberal foi à classe média alta, que não tinha interesse em um modelo de Estado de Bem-Estar Social, que ela ajudava a financiar sem, no entanto, ser diretamente beneficiada com isso.

Na realidade, o discurso doutrinário neoliberal se afirmou de forma hegemônica em todos os setores da sociedade, inclusive nas classes trabalhadoras, que não são beneficiadas por esse modelo de Estado. Em outras palavras, o sistema montado era excludente, no entanto, não tinha sua legitimidade questionada, a não ser por poucos grupos e movimentos sociais que pouco conseguiam se fazer ouvir, dada a imensa concentração dos meios de comunicação em mãos de poucas famílias. A classe trabalhadora, de uma forma geral, passou a fazer coro à pregação contra os “gastos excessivos do Estado” e os “privilégios dos funcionários públicos”.

Nogueira Batista chama a atenção para o fato de que até mesmo o órgão máximo da indústria paulista – a FIESP – acabou endossando a “sugestão de volta ao passado, de inversão do processo nacional de industrialização, como se a vocação do Brasil, às vésperas do século XXI, pudesse voltar a ser a de exportador de produtos primários”. (BATISTA, 1994: 5)

Em busca de condições políticas mais favoráveis à implementação do neoliberalismo no Brasil e levar adiante, de forma estável, o programa de estabilização econômica dentro da matriz neoliberal, após breve interrupção devido ao impeachment de Collor, é formado um amplo bloco de forças conservadoras em torno de Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda do governo Itamar Franco para concorrer às eleições de 1994, dentro do contexto do sucesso da implantação do Plano Real, símbolo maior desta era neoliberal. Sua vitória consolidaria o movimento que começou a delinear seus contornos ainda na primeira metade da década de 1980.

Bibliografia:

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Ed. da UNESP, 1996.

BATISTA, Paulo Nogueira. "O consenso de Washington e a visão neoliberal dos problemas latino-americanos". Em LIMA SOBRINHO, Barbosa et alli. Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

FILGUEIRAS, Luiz. *O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico*. In: Eduardo M. Basualdo; Enrique Arceo. (Org.). Neoliberalismo y Sectores Dominantes - tendencias globales y experiencias nacionales. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, v. 1, p. 179-206.

FIORI, José Luis. Consenso de Washington. *A construção da matriz neoliberal e suas políticas para a América Latina*. 1996. (Apresentação de Palestra no Centro Cultural Banco do Brasil – 04.09.1996).

Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/textos/consenso_w.htm>. Acesso em: 08 jun.2008.

FREIXO, Adriano; RISTOFF, Taís. *Democracia e Integração Regional: a experiência do Mercosul*. Revista Agenda Social, Uenf, 2008.

Disponível em: <http://www.uenf.br/Uenf/Pages/CCH/Agenda_Social/>. Acesso em 08 jun.2008.

KOCHER, Bernardo. De *Bandung a Bagdá. Cinquenta Anos de Economia Política do Terceiro Mundo*. In: X Encontro Nacional de Economia Política, 2005, Campinas. Anais do X Encontro Nacional de Economia Política, 2005.

SENRA, Álvaro de Oliveira. *Após Geisel: Crise do desenvolvimentismo e afirmação do neoliberalismo no Brasil*. In: Adriano de Freixo; Oswaldo Munteal Filho. (Org.). A Ditadura em Debate: Estado e Sociedade nos Anos do Autoritarismo. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, v. 1, p. 123-150.